

Política

BANDALHEIRA

O TOMA-LÁ-DÁ-CÁ DOS CINCO ANOS

Aos constituintes que confirmem os cinco anos para o presidente Sarney, na votação em plenário, estão reservadas generosas recompensas — entre elas o atendimento imediato aos pedidos de cargos no governo. "É natural que o presidente prestigie mais a sua base de sustentação", confirmou ontem o ministro do Gabinete Civil, Costa Couto, reforçando na prática a tese do deputado Roberto Cardoso Alves, um dos líderes do Centrão, segundo a qual, também em política, "é dando que se recebe". Afinal, diz Cardoso Alves, "até Deus só livra do inferno aqueles que seguem seus mandamentos".

Aos que seguirem seus mandamentos, portanto, Sarney atenderá seus pedidos em primeiro lugar. Mas, segundo Costa Couto, os candidatos às vagas disponíveis deverão preencher três requisitos básicos: probidade, competência e identificação com a política do governo. Costa Couto não disse, porém, se tais qualidades necessariamente precisam vir pela ordem enunciada. A exigência do Centrão, por exemplo, de apoiar os cinco anos em troca de cargos, é considerada viável pelo Planalto. "Este quadro se encaixa nas condições do presidente Sarney", concordou o ministro.

Como o Planalto tem pressa na decisão da duração do mandato, já incubem o senador Edson Lobão (PFL-MA) de recolher as 280 assinaturas necessárias para a antecipação da votação da matéria. Mas o líder do PFL, deputado José Lourenço, quer garantias: pode trabalhar pela antecipação, sim, mas quer que, antes disso, os parlamentares

que se comprometeram com a emenda dos cinco anos sejam atendidos com cargos no segundo e terceiro escalões. "Estamos mostrando a Sarney com quem ele pode contar", constatou Lourenço. "Mas ele precisa adaptar seu governo à nova base parlamentar para que façamos a votação".

O deputado Cardoso Alves, no entanto, espera do governo providências mais drásticas — como arrancar dos 317 parlamentares que assinaram a emenda Matheus Iensen o compromisso de que votarão nos cinco anos. "É preciso conferir quem vota, sob pena de submetermos o presidente a uma situação vexatória", disse. E ele não vê nisso nenhuma chantagem: "Por que quem chuta a canela do governo pode continuar a desfrutar e vantagens?"

Inversão

Embora Lourenço prefira esperar pelas recompensas antes de se lançar ao trabalho de inverter a pauta de votação, antecipando a emenda da duração do mandato, Cardoso Alves discorda. Acha que o Centrão deve fazer valer a maioria que tem para forçar a votação — e até arrisca a sugerir que o grupo faça ameaças de não dar quórum a nenhuma outra emenda.

É certo que José Lourenço tem seguidores dentro do Centrão — os que preferem não adiantar a votação do mandato como forma de manter o presidente Sarney sob controle. Isso o deputado Dasso Coimbra, outro líder do grupo, reconhece, mas garante que não é um desses seguidores. E diz ter razões para não ser um deles: "Não tenho o



Telefoto: J. Fernandes

que pedir. Minha família está crescendo. Dos meus três filhos, dois são concursados e estáveis. Meus irmãos já passaram da idade de entrar para o serviço público. Não tenho escola, nem hospital, nem rádio. E não preciso renovar a licença de funcionamento de nada".

Mas, ainda que tivesse algum pedido a ser atendido, Dasso Coimbra garante que, pessoalmente, seria contra a inversão de pauta. Uma definição do mandato, agora, esvaziaria a Constituinte, segundo ele — "e ficaria difícil conseguir número suficiente para aprovar as outras propostas do Centrão".

Com esses argumentos, Dasso Coimbra negou-se a assinar o documento em que o senador Edson Lobão relaciona constituintes para chegar aos 280 que podem viabilizar a inversão de pauta. Sem o auxílio de Dasso, Lobão passou a trabalhar sozinho, e encontrou outra recusa quando foi ao líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, ele próprio autor de um projeto de inversão de pauta. "Não acho mais que a inversão seja importante", declarou Brandão. E fez um desabafo que deu a medida de sua desilusão: "Nunca vi tanto clientelismo rasteiro, tanta promessa de emprego, tanta distribuição de rádio".

Lobão continua a trabalhar para se desincubar da tarefa a ele confiada pelo Planalto. Se depender de José Lourenço, ele não terá muito êxito. O líder do PFL confessa não estar muito convicto de que o plenário aprovará os cinco anos: "É arriscado fazer a votação enquanto o governo estiver governando com o adversário". Se houver mudanças, aí sim, Lourenço acredita que os cinco anos passarão: "Nem a alta da inflação vai impedir a votação dos cinco anos".

Receita

A receita de Lourenço, portanto, é simples: toma lá, dá cá. "Os que não apoiam o governo que tenham vergonha na cara e devolvam os cargos, de modo a fazerem política com dignidade. Esse negócio de também querer mamar é inadmissível", atacou Lourenço. E não se omitiu quando foi provocado para dar exemplos: "Como é que o ministro do Planejamento pode dar ordens a um subordinado do BNDES, se lá está um indicado do governador Moreira Franco ou do ex-governador Franco Monteiro, que estão contra o governo? O quadro de nomeações tem que obedecer ao novo quadro de apoio ao governo".

Apesar de o ministro Costa Couto apresentar argumentos para explicar que a convivência com a vontade do governo rende benefícios, ele apressou-se ontem a dizer que o presidente Sarney não promoverá qualquer tipo de retaliação contra os que votarem pelos quatro anos. "O presidente respeita a opinião de todos os grupos", disse. Mas Costa Couto tubeteou ao explicar ontem o desejo do Planalto de transferir o pólo petroquímico do Rio de Janeiro para a região de Itaguaí para o Norte fluminense. "Isso obedece apenas a critérios econômicos e financeiros", limitou-se a esclarecer, negando que a mudança já seja uma retaliação contra o governador Moreira Franco, do Rio, que continua firme em sua defesa pelos quatro anos.

A tática do toma lá, dá cá, anunciada por Costa Couto, não foi mencionada por Sarney ontem, em sua circular que enviou aos ministros com recomendações para o preenchimento de vagas no governo. "O presidente da República não tem interesse outros a defender senão os do País", diz. Sobre os critérios para nomeação, ele confirma que devem ser os da probidade, capacidade e "confiança", sem falar em "identificação com a política do governo", como disse Costa Couto: "Nenhum interesse subalterno poderá ou deverá fazer o governo afastar-se de seus padrões éticos". O Centrão concorda, mas, apoio mesmo, "só com os ajustes necessários".



Telefoto: Fernando Bueno

Pólo em Campos? Moreira Franco adverte para riscos.

A construção do pólo petroquímico do Rio de Janeiro na cidade de Campos, no Norte fluminense, em vez de no município de Itaguaí, junto ao porto de Sepetiba, irá encarecer os custos do empreendimento, retardar sua execução e ainda desestimular o interesse do empresariado, disse ontem o governador fluminense Moreira Franco.

A intenção do governo federal de mudar para Campos o local de instalação do pólo petroquímico fluminense foi transmitida ao governador do Rio de Janeiro pelo deputado federal Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), que na terça-feira foi recebido em audiência pelo presidente José Sarney e pelo ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco, em companhia do prefeito de Campos, José Carlos Barbosa. Moreira Franco explicou que o governo federal tem competência para definir o local de implantação do pólo petroquímico do Rio, mas isso, a seu ver, implicará também na responsabilidade pela garantia dos investimentos necessários à execução do projeto.

Segundo Moreira Franco, o município de Itaguaí, em uma área que parcialmente pertence à Companhia Siderúrgica Nacional, mereceu a preferência para instalação do pólo petroquímico fluminense. Custos menores em relação a outras áreas do Estado, maior rapidez na execução do projeto e participação maciça do setor privado foram as principais razões, indicadas por estudos técnicos, da escolha do município de Itaguaí, junto ao porto de Sepetiba.

Em Campos, aquelas condições não estão presentes, daí sua exclusão para sediar o pólo petroquímico. Aqueles estudos concluíram que, em Sepetiba, o pólo custaria um total de US\$ 361 milhões entre investimentos, custos e benefícios anuais, contra US\$ 644 milhões se o empreendimento fosse implantado em Campos.

Moreira Franco disse que, do ponto de vista político, a cidade de Campos teria sido a melhor opção, e que nesse caso a construção do pólo petroquímico para a população daquela área teria o mesmo efeito que a construção da Usina Siderúrgica Presidente Vargas teve para a cidade de Volta Redonda. Contudo, lembrou, prevaleceram critérios estritamente técnicos para a definição do município de Itaguaí como a melhor opção.

O governador do Rio de Janeiro também afastou a hipótese de a intenção do governo federal de levar o pólo petroquímico para Campos ser uma represália à sua decisão de apoiar a corrente favorável ao mandato de quatro anos para o presidente Sarney. Moreira Franco disse não acreditar que o governo seja levado a tomar uma decisão sobre esse assunto exclusivamente por motivos políticos.

Os governadores hoje em Minas, com Newton Cardoso.

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, tentará hoje e amanhã mais uma aproximação com o presidente Sarney, ao reunir em Belo Horizonte e Montes Claros, pelo menos 16 colegas nas chefias dos executivos estaduais. Cardoso vai propor uma frente de governadores favoráveis ao mandato de cinco anos para Sarney, à manutenção do presidencialismo como sistema de governo e a inversão da pauta da Constituinte para rápida definição das duas primeiras questões. Mas embora Cardoso tenha convidado todos os governadores, só 16 confirmaram suas presenças. O longo programa começa hoje à noite em Belo Horizonte e acaba amanhã em Montes Claros.

Basta!

Já está marcada a data para o dia de protesto contra os cinco anos para Sarney: dia 4 de março.

O dia 4 de março (uma sexta-feira) foi instituído como o "Dia do Basta", contra os cinco anos de mandato defendidos pelo presidente José Sarney à frente da Presidência da República. A decisão foi tomada ontem em reunião realizada pelo Comitê Pró-Diretas, no Congresso Nacional, do qual participaram cerca de 50 constituintes, além dos ex-governadores Franco Monteiro e Esperidião Amin e representantes de entidades de classe. Ficou acertado que no dia 4 de março, às 16 horas, serão realizadas manifestações simultâneas em todas as cidades brasileiras, a serem coordenadas pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Paralelamente à organização dessa manifestação nacional, o Comitê Pró-Diretas está convocando os constituintes a assinarem um compromisso de voto pela manutenção dos dispositivos de participação popular propostos no projeto de Constituição da Comissão de Sistematização. Segundo o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que está recolhendo assinaturas, cerca de cem constituintes já assinaram o documento.

A partir de hoje serão criados comitês supra partidários sob a responsabilidade da OAB, para dar início aos trabalhos de organização do "Dia do Basta". O grupo



Montoro Afif Domingos

quer que no dia 4 de março, às 16 horas, as pessoas parem de trabalhar e saiam para as ruas jogando papéis picados, buzinando, batendo panelas, enfim, protestando contra a tentativa de manter o presidente José Sarney por cinco anos. O comitê promoverá ainda a confecção de painéis a serem distribuídos em todas as capitais informando à população quem é contra e quem é a favor dos cinco anos de mandato. O presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, quer também que sejam comprados horários nas televisões para que a população passe definitivamente a se mobilizar pelas diretas para presidente em 88.

O deputado Afif Domingos (PL-SP), ao

falar no encontro, afirmou que "só uma estrutura do Estado, respaldada pela vontade popular pode criar condições políticas necessárias para as mudanças que devem ocorrer no País". Defensor dos quatro anos de mandato para Sarney, o parlamentar paulista lembrou que "é preciso que se dê condições ao País para respirar aliviado, marcando eleições diretas para presidente em 15 de novembro de 1988".

O presidente da OAB, Márcio Thomaz Bastos, por sua vez, anunciou que o momento de transição se esgota quando for promulgada a nova Constituição. Para ele "a mobilização popular pelas diretas 88 é uma questão de salvação nacional".

O ex-governador de São Paulo, Franco Monteiro, após defender os quatro anos de mandato, disse que este movimento certamente será vitorioso porque ele não terá caráter partidário ou pessoalista. Após lembrar que é candidato a candidato à Presidência da República, Monteiro ressaltou que somente no momento oportuno é que se pensará neste assunto. "No momento — declarou — estamos pensando em mobilizar a população para, de forma ordenada e pacífica, conseguirmos garantir os quatro anos de mandato para Sarney".

Amato: plebiscito é saída para crise.

"O meio de campo está embolado" — diz o presidente da Fiesp-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, para explicar as razões que o levaram a propor um plebiscito como caminho para sair da atual crise política que, para ele, está "prejudicando a economia".

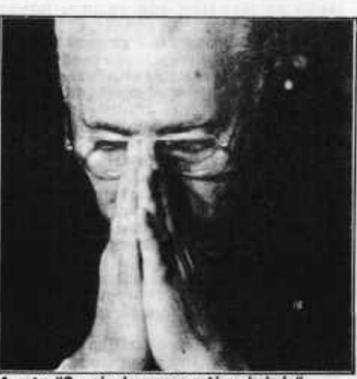
A proposta de Amato, de "plebiscito já", chegou até mesmo a surpreender alguns diretores da entidade. Eles consideram a ideia de uma consulta popular para decidir o mandato do presidente da República e a forma de governo como "decisão política". Antigos diretores da casa disseram apenas ter conhecimento do fato através dos jornais.

Quem concordou com Mário Amato foi Luis Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, assegurando que seria a melhor saída para o atual momento e, certamente, permitiria a convocação de eleições gerais, exceto para governador do Estado.

Em rápida entrevista, ontem à tarde na Fiesp, Mário Amato reiterou estar havendo "muita indecisão sem permitir que possamos saber qual será a forma de governo, o mandato do presidente e também se vamos ter voto distrital明年. Ante toda essa indefinição chegou a hora de consultar o povo, porque um plebiscito é muito fácil de fazer porque já ocorreu no passado", continuou.

Entende que essa consulta — a ser realizada em 30 dias e que não custaria caro — não deveria ser na forma de campanha eleitoral, mas dirigida ao esclarecimento. A sugestão é de que, para cada situação, haveria uma explicação do que aconteceria depois, deixando para a população a escolha do caminho.

Admite o presidente da Fiesp que seria a saída para acabar com a crise, porque



Amato: "O meio de campo está embolado".

"mesmo entre os políticos há dificuldade de se definirem e o plebiscito permitiria que eles conhecessem a vontade popular".

Amato revelou estar preocupado com os rumos da economia, enquanto há uma indecisão total no campo político.

Apoio

Salvador Firace, 2º vice-presidente da entidade, disse que se a pergunta sobre o plebiscito fosse feita há um mês para Mário Amato, certamente a resposta seria outra. Mas, atualmente, acrescentou, os empresários estão preocupados em seguir uma trilha mais clara na economia, com as definições que começam a ser apresentadas pelo novo ministro da Fazenda, Mailson da Nobrega.

"A indefinição política está atrapalhando a economia, que agora parece ter uma

luz no fim do túnel. Não pode o processo político manter atrofiado o processo de retomada econômica. Afinal, ninguém está querendo tomar uma posição definitiva sobre o mandato e a forma de governo" — disse Firace.

Lamentou o empresário que na política "tudo tenha um preço" e há parlamentares mudando muito de opinião. É preciso desvincular-se em definitivo o processo político do econômico, pois "só assim poderá haver desenvolvimento". Firace lamentou ainda estar observando diariamente "mudanças de posições de acordo com o jogo de interesses".

Eleições gerais

O presidente da Bolsa de Valores, Eduardo Rocha Azevedo, não vê necessidade de se convocar um plebiscito para definir o mandato presidencial. Há consenso, diz ele, baseado em pesquisas de opinião, de que deve ser de apenas quatro anos.

"É preciso que os eleitores também viçiem seus deputados no plenário, porque votar por cinco anos é uma irresponsabilidade e as negociações que estão ocorrendo no Congresso chegam a ser vergonhosas, até mesmo uma forma de corrupção barata. Daqui a pouco vão acabar distribuindo rádios de pilha, porque as concessões (para emisoras) vão acabar — disparou Rocha Azevedo.

Só eleições gerais — em todos os níveis — poderiam restabelecer a "crise de legitimidade" que o País está atravessando. Eleger apenas um novo presidente não altera o quadro geral porque "é preciso alterar toda a estrutura política".

"Outro risco para o País é se protelar a aprovação da Constituição. É preciso acabar com as manobras e definir o mandato do presidente" — concluiu.

Mas poucos apoiam essa proposta da Fiesp

A proposta de plebiscito do presidente da Fiesp, Mário Amato, para que o povo decida sobre o mandato presidencial, o sistema de governo e as eleições gerais não foi muito bem recebida, até mesmo entre a classe empresarial. Na verdade, apoio mesmo ele recebeu de deputados do PDT e PT, além de alguns empresários menos expressivos do Nordeste. Do lado contrário, alegando principalmente que a Constituinte é soberana para decidir sobre aqueles assuntos, ficaram as lideranças do PFL, PDS e PTB, o governador gaúcho Pedro Simon (PMDB), a CUT e o governo federal.

"O melhor mesmo seria promover plebiscito sobre a gestão dele na Fiesp, não entre os grandes industriais, e sim entre os pequenos e microempresários", ironizou o vice-líder do PFL, Inocêncio de Oliveira (PE).

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE) só apoiaria plebiscito para definir o sis-



Amarel Neto Pedro Simon Albano Franco

tema de governo, tema não debatido na campanha que elegeu a Constituinte.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SE), ponderou que a Constituinte "tem delegação para tudo". E na linha de ataque, o líder do PTB, deputado Gastone Righi, disse que "o Amato quer ser candidato a prefeito. A proposta é meramente demagógica, absolutamente extemporânea, sem outro objetivo a não ser a promoção do autor".

O líder do PDS, Amarel Neto, na mesma linha, disse que "o povo nos plebiscitou quando nos elegeu. Se não estamos cum-

prindo o que prometemos, que ele nos derrote na próxima eleição". Sou contra qualquer tipo de plebiscito a não ser que gire em torno de problemas de foro íntimo, como aborto e pena de morte. O campeão de plebiscitos é o general Pinochet. Será que estão se mirando nele?"

Em Porto Alegre, tanto o governador Pedro Simon como o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, opinaram que aquelas questões são de responsabilidade exclusiva da Constituinte.

O mesmo argumento foi utilizado pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa

Couto, que ponderou ainda ser "praticamente impossível" um plebiscito desse num país de 140 milhões de habitantes.

Apoio

Já o líder do PDT, Brandão Monteiro, disse que "o Amato veio ao encontro de nossas teses. O plebiscito é proposta do PDT". Pelo PT, o deputado José Genoíno não só apoiou a tese de Amato como disse que o PT quer ampliar a proposta ouvindo a sociedade também sobre a reforma agrária, a estabilidade no emprego e o direito de greve.

Pela CUT, o coordenador do departamento metalúrgico da entidade e vice-presidente dos metalúrgicos de São Bernardo, Heiguiberto Navarro, avisou que embora a tese do plebiscito de Amato e de eleições gerais, da UDR, sejam semelhantes às da CUT, não haverá alianças. Mas disse não ter dúvidas: "Com a Fiesp trabalhando por um plebiscito e a UDR por eleições gerais, as diretas já são um fato irreversível para este ano".

Plebiscito agora? Caiado é contra.

O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, não considera interessante a sugestão do presidente da Fiesp, Mário Amato, de convocação de um plebiscito para decidir sobre eleições gerais este ano. Para Caiado, essa decisão deve ser tomada pelos constituintes que foram eleitos para definir as questões importantes do País. Em sua avaliação, um plebiscito, além de representar redundâncias, levaria a gastos paralelos dispensáveis.

Ronaldo Caiado acredita, ainda que questões como eleições gerais, sistema de governo, mandato presidencial e voto distrital têm tido prioridade em detrimento de problemas que julga mais importantes, por serem mais duradouros. "Sem dúvida, daqui a pouco, a campanha eleitoral estará nas ruas. No entanto, as questões que não são transitórias não estão sendo tratadas com o devido valor e o projeto de Constituição, várias vezes, tem se confundido com projetos pessoais".

Ele teme que, no ano que vem, a população tenha que estar na rua com o slogan "Constituição, já", e lamenta que comecem a surgir nomes à Presidência da República, numa atitude que considera precipitada: "Antes precisamos criar as estruturas, saber as condições e as regras do jogo. Depois surge o nome, através do clamor popular".

Sobre as eleições na UDR, marcadas para o dia 27 de março, Caiado explicou que concorrerá ao diretório nacional em chapa única e justificou: "Recebi telex de 90% das regionais exigindo que permanesse pelo menos durante esse período de promulgação da Constituição".

Desafio

Negando notícias de que, dias atrás, quando se dirigia a Vitória, tenha deixado de pousar na cidade, seguindo até Vila Velha, devido a uma manifestação para impedir seu desembarque, Caiado lançou um desafio ao presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, para que ele próprio o impeça de descer nos aeroportos, em vez de orientar seus partidários a fazê-lo.

Caiado afirmou que "não vão conseguir me encurralar. A liberdade do cidadão, de ir e vir, não pode ser cercada". Segundo ele, o presidente do PT está confundindo educação com falta de coragem, além de incentivar a violência. Para ele, os petistas são "homens que falam em liberdade até o momento em que esta lhes serve".

Caiado acredita que Lula está usando homens inocentes com o objetivo de assustá-lo, mas afirma que isso não ocorrerá. E desafiou: "Que ele venha me cercar nos aviões. Ele não é muito corajoso?". Ronaldo Caiado disse que deseja esse confronto: "Eu e ele. Que venha com os homens dele".

De sua parte, Lula preferiu não responder ao desafio: "Acho isso uma cretinice tão grande da parte dele que não vou nem comentar. Além do mais, tenho coisas mais importantes a fazer na vida do que me ocupar de Ronaldo Caiado", disse o presidente do PT.

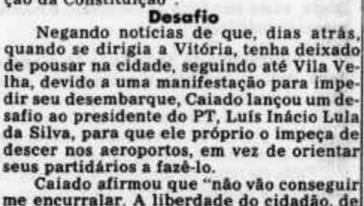
Mais protestos

Ontem, Caiado fretou um avião para ir a Fortaleza, pois o voo comercial estava atrasado e não queria chegar depois da hora marcada naquela cidade para não dar lugar a comentários de que estaria fugindo das manifestações populares. Tanto que, segundo disse, sacrificou um compromisso pessoal: abriu mão de estar presente à formatura de seu irmão em Goiânia.

Em Fortaleza, Caiado vai inaugurar a UDR regional, resultado da agregação de cinco regionais que já existiam da Associação de Produtores Rurais do Ceará. Mas o que considera da máxima importância, nessa sua visita à cidade, é libertar o Estado do que chamou de "patrulhamento da esquerda".

De qualquer maneira, os protestos contra sua presença em Fortaleza começa-rão hoje, às 9 horas, diante do Hotel Ponta Mar, com manifestações do clandestino Partido Revolucionário Operário, da CUT, CGT e do PC do B, sindicalistas, integrantes da Pastoral da Terra e de Comunidades Eclesiais de Base.

O deputado João Alfredo, líder do PT na Assembleia, garantiu porém que, "durante as reuniões que tivemos para tratar da vida desse reacionário, não falamos em nenhum instante em agredi-lo".



Duas manifestações de protesto contra Caiado foram realizadas ontem à tarde em Fortaleza. Primeiro, foi feito seu enterro. Depois, um comício na praça José de Alencar. Hoje, mais.